



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Ensino de Matemática e Inclusão: o contexto educacional de alunos-pacientes com câncer

Camila Labres Nemos¹
Marilaine de Fraga Sant'Ana²

Resumo do trabalho: Este artigo, tem como objetivo compreender o contexto educacional ao qual o aluno-paciente é submetido e os desafios enfrentados em busca dos seus direitos. Para isso foi feita uma procura pelas leis que garantem o acesso à educação dessas crianças e adolescentes, além de compreender o que outros autores dissertam sobre pedagogia hospitalar e reinserção escolar nesse contexto. Além disso, foi realizada uma entrevista com uma professora psicopedagoga especialista no atendimento de crianças e adolescentes em tratamento de câncer. A entrevista foi analisada a partir da Análise Textual Discursiva a fim de compreender o que ocorre no desenvolvimento educacional desses jovens e quais desafios enfrentam. Conclui-se que, falta um olhar atento do poder público ao disponibilizar poucos profissionais que atuem na pedagogia hospitalar e domiciliar, além disso, a escola também precisa ter um olhar cuidadoso a esses casos para que possa auxiliar na formação do aluno-paciente de forma mais efetiva.

Palavras-chave: Direitos Educacionais; Educação Matemática Inclusiva; Alunos-pacientes com câncer.

Introdução

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA) (BRASIL, 2022), o câncer é uma doença crônica que vem impactando ao longo dos anos devido ao aumento da sua incidência e mortalidade a nível mundial. O Câncer Infantojuvenil, acomete crianças e adolescentes de 0 a 19 anos e refere-se a uma série de doenças em que células anormais se proliferam de forma desenfreada em qualquer parte do organismo. Foi estimado para cada ano do triênio 2023 a 2025 que o Brasil terá cerca de 7.930 casos de câncer infantojuvenil, 4.230 novos casos no sexo masculino e 3.700 no sexo feminino. “O câncer é a principal causa de óbito em crianças e adolescentes no mundo” (BRASIL, p.61, 2022), por isso é importante salientar o diagnóstico precoce e dedicar estudos acerca do tratamento desses jovens. Em 2020, o Brasil atingiu a marca de 2.289 óbitos por câncer infantojuvenil.

Por outro lado, o avanço no tratamento do câncer infantojuvenil e nas pesquisas destinadas a esta área vem acarretando boas estatísticas. Atualmente, cerca de 80% dos jovens em tratamento oncológico podem ser curados quando o diagnóstico ocorre precocemente e são imediatamente tratados da maneira correta (BRASIL, 2022). Esses

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, camilanemos@gmail.com.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, marilaine@mat.ufrgs.br.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

avanços e resultados positivos motivam cada vez mais pesquisadores de áreas multidisciplinares a voltar seu olhar ao tratamento do paciente de oncologia pediátrica.

O ensino escolar tem um papel fundamental no tratamento do aluno-paciente com câncer (BRITO, 2020). As atividades escolares proporcionam o aumento da autoestima do educando, à medida que começa a vivenciar a rotina da vida fora do ambiente hospitalar, ainda que internado para tratamento de saúde. Dessa forma, o processo de aprender, com um currículo adaptado acrescido de atividades lúdicas (TEIXEIRA et al, 2017), se torna parte indispensável no processo de recuperação deste paciente. Entretanto, devemos sempre levar em consideração as condições físicas e emocionais do educando, bem como a decisão da sua família perante o ensino escolar durante o tratamento do jovem (BRASIL, 2020).

Esse trabalho é parte do desenvolvimento de uma dissertação de mestrado da primeira autora sob orientação da segunda autora que, por sua vez, tem apoio da FAPERGS³ e parceria com o Instituto do Câncer Infantil⁴ (ICI). Além disso, tem como objetivo, compreender o contexto educacional ao qual o aluno-paciente é submetido e os desafios enfrentados em busca dos seus direitos.

Para alcançar o objetivo proposto, foi preciso buscar suporte nas leis que envolvem a educação e o tratamento de saúde, para que pudéssemos observar se a educação especial era direito de todas as crianças e adolescentes que passam pelo tratamento do câncer. Depois, olhar para o que os demais pesquisadores disseram sobre pedagogia hospitalar ou (re)inserção escolar destinados à alunos acometidos pelo câncer. E somente após a descrição literária destes casos, compreender como isso ocorre na prática, a partir de uma entrevista com uma professora psicopedagoga especialista em atendimento especializado para crianças em tratamento de saúde.

³ O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Edital 18/2020 – PDPG. <https://fapergs.rs.gov.br>

⁴ Trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG) a qual a primeira autora atua como professora de matemática de forma voluntária. <https://ici.org/>



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Aportes Teóricos

O que garantem as leis?

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante o desenvolvimento integral, englobando o direito à educação, sem qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 1990). Ainda, no Art. 53, o ECA defende a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1990) como direito de todos. Entretanto, é preciso compreender como é garantido esses direitos aos jovens em tratamento de saúde dentro e fora do ambiente hospitalar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assegura o atendimento educacional especializado a estudantes com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1996). Da mesma forma, a LDB (BRASIL, 1996) e a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2020) determinam que a educação especial é a “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Além disso, pessoa com deficiência, é definida no Art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) como “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Dessa forma, podemos perceber que, por vezes, os alunos-pacientes em tratamento de câncer se enquadram como pessoas com deficiência e têm direitos educacionais especiais garantidos. Isso porque, além dos casos em que os estudantes ficam com lesões físicas permanentes decorrentes do tratamento, existem casos em que a participação plena e efetiva na sociedade é dificultada devido ao impedimento de longo prazo relacionado ao tempo destinado ao tratamento em regime de internação hospitalar.

Já na esfera hospitalar, a LDB (BRASIL, 1996) afirma ser competência do Poder Público garantir o atendimento educacional especializado durante o período de internação hospitalar por tempo prolongado do aluno-paciente. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) reitera o direito ao acompanhamento do currículo escolar para jovens internados para tratamento de saúde (BRASIL, 1995). Além disso, o documento “Classe Hospitalar e Ensino Domiciliar: estratégias e orientações” (BRASIL,



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

2002) publicado pelo Ministério da Educação (MEC), afirma que é competência do sistema educacional e serviços de saúde ofertar assessoria ao professor e inseri-lo na equipe de saúde do aluno-paciente, para fazer parte da equipe multidisciplinar e trocar informações com os demais profissionais que atendem o educando.

O atendimento educacional especializado na classe hospitalar

O atendimento educacional especializado na classe hospitalar, em geral, ocorre de forma multisseriada, ou seja, atende crianças e adolescentes de diversas idades e diferentes graus de escolaridade, em salas de aula adaptadas ou de forma individualizada nos próprios leitos (TEIXEIRA et al, 2017). Sendo assim, o professor precisa ponderar todos os cenários que sucedem do âmbito hospitalar, como por exemplo, a heterogeneidade de idades e conhecimentos quando realizadas aulas em grupos, as condições de saúde do aluno-paciente e seus aspectos emocionais.

Esses atendimentos são garantidos na classe hospitalar devido ao reconhecimento de suas colaborações para necessidades amplas do paciente, como necessidades emocionais, sociais, familiares, culturais e ambientais (CAJANGO; SALES, 2019). Um exemplo da necessidade emocional minimizada pelo atendimento pedagógico hospitalar decorre do afastamento escolar para tratamento de saúde do aluno-paciente, que pode desenvolver sentimentos relacionados à solidão e ao sofrimento devido a mudança imediata na sua rotina (TEIXEIRA et al, 2017). Dessa forma, a continuidade do acompanhamento às atividades escolares contribui para o aumento da qualidade de vida do aluno-paciente à medida que sentimentos são reduzidos.

O câncer e a educação matemática na escola

Em diversas situações, alunos-pacientes com câncer ao finalizar o período de internação hospitalar, continuam seu tratamento de forma ambulatorial ou domiciliar (MALLMANN et al, 2021). As leis garantem o acesso à educação desses estudantes, seja no retorno à escola regular ou por meio do atendimento domiciliar, conforme defende o Ministério da Educação, no documento que determina os direitos educacionais às crianças



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

na classe hospitalar e no atendimento pedagógico domiciliar (BRASIL, 2002). Entretanto, muitos pacientes não têm acesso a esta modalidade de ensino (MALLMANN et al, 2021).

Nesse contexto, Teixeira (2019) e Mallmann et al (2021) relatam que ao retornar às escolas, os alunos-pacientes enfrentam diversas dificuldades. Além do déficit na aprendizagem gerado pelo afastamento escolar por tempo prolongado, ainda precisam lidar com a superproteção da família e a rejeição devido às mudanças na sua aparência física, que por vezes é caracterizada pela palidez, perda de peso e queda de cabelo. Desse modo, as atividades pedagógicas hospitalares ou domiciliares contribuem para minimizar o impacto de seu desempenho escolar e para a sua interação social e autoestima (CAJANGO; SALES, 2019).

Dessa forma, é importante afirmar que o professor na escola regular, além de lidar com as diferenças no desenvolvimento escolar do aluno-paciente com câncer, é imprescindível que atente aos aspectos psicológicos do educando, favorecendo a interação entre colegas de classe a fim de incluí-lo e incentivá-lo a permanecer na escola. Dessa maneira, Mallmann et al (2021) aponta estudos de diversas áreas que trazem a importância da aliança entre escola, equipe de saúde e família do educando, a fim de preparar os envolvidos para auxiliar no desenvolvimento do aluno-paciente. Além disso, Teixeira et al (2017) e Santos (2020) discutem a importância da atividade lúdica no desenvolvimento escolar no meio hospitalar para gerar um ambiente agradável que desperte o interesse do educando. Logo, o professor de matemática tem o desafio de pensar em atividades lúdicas e acessíveis a todos os educandos para todos os conteúdos escolares, incluindo os mais abstratos.

Metodologia

Para que se consiga compreender, na prática, as observações levantadas pelos autores anteriormente mencionados, foi necessário olhar para os relatos de uma professora, formada em pedagogia e pós-graduada em psicopedagogia que atua no ICI a aproximadamente quatro anos e tem uma percepção formada sobre a realidade educacional dos alunos-pacientes assistidos pela instituição. Neste artigo, ela será chamada de Dorothy, que faz referência a personagem da história “Mágico de Oz”. Além de ser a história metafórica para representar



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

os desafios enfrentados pelos pacientes oncológicos, definida pelo ICI, a Dorothy é a personagem que busca ajudar todos os amigos que encontra no caminho. Dessa forma, o trabalho realizado pela professora dentro da instituição se alinha com as características de Dorothy.

Sendo assim, foi realizada uma entrevista semiestruturada e suas respostas foram analisadas por meio da Análise Textual Discursiva conceituada por Moraes e Galiazzi (2006) como a metodologia de análise de dados que tem como base a leitura criteriosa dos registros ao passar pelo processo de desconstrução, quando são separados em unidades de significados *a priori*, definidas previamente à realização da entrevista e unidades emergentes, originadas a partir da entrevista. Como unidades *a priori*, temos: direitos, aprendizagem de matemática, aprendizagem, abordagem de ensino e equipe multidisciplinar. Como unidades emergentes, temos: caracterização da entrevistada, apoio à família, autoestima, formação de professores, impressões das escolas e desafios. Posteriormente, há a reconstrução do texto em categorias, formadas pela união de duas ou mais unidades de significados e o posicionamento crítico do autor. As categorias serão apresentadas na próxima seção. É importante dizer que, esse método de análise de dados “não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão” (MORAES, p.191, 2003).

Análise da Entrevista

Categoria Assistência à família

Essa categoria foi construída com a união das unidades de significados identificadas como: direitos, apoio à família e equipe multidisciplinar. Isso porque a entrevistada, Dorothy, fala sobre a assistência que é dada à família e aos pacientes, pelo ICI, vinculada com falas sobre essas unidades de significados.

Todas as leis, decretos e documentos oficiais voltados aos direitos educacionais afirmam que todas as crianças e os adolescentes têm direito à educação e aqueles que se encontram afastados da escola regular para tratamento de saúde têm direito a uma atenção diferenciada, seja no âmbito hospitalar ou no núcleo domiciliar (BRASIL, 2002). Entretanto, conforme relatado por Dorothy, ocorre que em alguns casos, a figura materna é a única responsável por todos os cuidados relacionados ao paciente oncológico e, devido a rotina



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

exaustiva da internação hospitalar, os direitos educacionais acabam ficando de lado. Acontece que algumas crianças ficam anos sem matrícula nas escolas e aqueles que possuem matrícula, não desfrutam do trabalho educacional ao qual é seu direito, isso porque "às vezes a escola não está nem sabendo porque os pais nem levam a documentação, às vezes o paciente roda por falta, porque o ano inteiro simplesmente a mãe sumiu e a gente entende, a mãe neste momento não vai ter como" - Dorothy.

Além disso, há uma enorme resistência por parte das famílias em compreender a importância do atendimento educacional especializado a esses pacientes durante o tratamento, segundo Dorothy. Os autores Brito (2020), Teixeira et al (2017) e Cajango e Sales (2019) afirmam que o atendimento educacional no período de tratamento contribui para o aumento da autoestima do paciente e proporciona a vivência de parte da sua rotina anterior à internação hospitalar, gerando momentos de distração. Se não houver uma orientação a essas famílias, a criança será privada dos seus direitos educacionais, porque neste momento a família também se encontra fragilizada com a situação de saúde do paciente e também precisa de apoio e orientação da equipe multidisciplinar.

O trabalho de assistência à família na parte educacional é feito dentro do ICI da seguinte forma: "a gente auxilia, orienta, às vezes entra em contato com a secretaria da educação também, faz todo esse caminho para que eles consigam ser matriculados e continuem, pelo menos, recebendo o material" - Dorothy. Dessa forma, a instituição consegue fazer com que as famílias matriculem seus filhos e avisem as escolas sobre a situação de saúde do paciente, para que assim os professores pensem em currículos adaptados que contribuam para o desenvolvimento do educando. Entretanto, é imprescindível considerar as expectativas do aluno-paciente nesse retorno, para que a experiência seja prazerosa e contribua para a sua formação.

Categoria Aluno-paciente

Para a construção dessa categoria foram utilizadas as unidades de significados autoestima e desafios. Essas unidades de significados dimensionam as percepções e sentimentos dos alunos-pacientes em relação ao espaço escolar.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Ao serem liberados do tratamento em regime de internação hospitalar, os alunos-pacientes começam a retornar à sua rotina aos poucos. A escola, por vezes, se torna uma das maiores preocupações nesse retorno devido ao afastamento por tempo prolongado deste estudante. Medos e anseios vêm à tona, tanto por parte dos jovens quanto por parte das famílias. Nossa entrevistada relatou que as crianças não demonstram maiores preocupações em relação às suas diferenças físicas, porque o retorno à escola é muito desejado nessa idade, para que possam interagir, novamente, com seus amigos. Quando retornam à escola, “eles não se incomodam por estar carequinhas, a preocupação é dos pais, é da escola. Eles perguntam "ah mas porque tu tá carequinha?" e eles próprios respondem, isso é muito legal, isso eu acho muito positivo." - Dorothy.

Para os adolescentes, esse retorno traz uma série de questões relacionadas à autoestima do educando devido às suas diferenças físicas e ao desenvolvimento educacional afetado durante o período de afastamento. Segundo Dorothy,

“[...] o quinto, sexto e sétimo [anos], também [ficam loucos pra voltar] porque querem ver os amigos, querem voltar, mas tem um pouquinho da vaidade daí, geralmente são as meninas né, os meninos colocam um boné e tá tudo certo. As meninas em relação ao cabelo, às vezes acontece um receio delas de não quererem [voltar à escola], porque aí “eu tô diferente, eu não tô bonita”, e aí a psicologia entra muito com esse trabalho de autoestima e de fortalecer isso para elas voltarem”. - Dorothy

A professora ainda relata que os adolescentes matriculados no ensino médio, por vezes, preferem concluir os estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do que retornar à escola regular.

A autoestima do aluno-paciente tem uma forte influência na sua reinserção e no seu desenvolvimento educacional. Dessa forma, a escola e a equipe de saúde devem apoiar esse retorno de forma correta. Entretanto, “o maior desafio eu acho que é fazer a escola ter essa responsabilidade sabe, de querer auxiliar nesse momento” - Dorothy. Isso porque a escola precisa dar conta de diferentes demandas e, diversas vezes, determinados assuntos não são tratados. Com a falta de apoio de uma das partes da aliança escola-família-equipe de saúde, o desenvolvimento educacional e social do aluno-paciente pode ser prejudicado.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Categoria Escola

As unidades de significados usadas para a construção dessa categoria foram: aprendizagem de matemática, aprendizagem, formação de professores, abordagem de ensino e impressões da escola.

O MEC (BRASIL, 2002) afirma que é dever do sistema educacional e do serviço de saúde fornecer assistência ao professor e proporcionar o vínculo entre a escola e a equipe de saúde do paciente oncológico. A Dorothy nos conta que nos hospitais que não possuem o serviço pedagógico hospitalar, geralmente, a escola não cria esse vínculo com a equipe de saúde do educando. Acontece que, nesses casos, os profissionais da escola regular acabam por não entender o que aconteceu com aquele aluno, podendo gerar situações como a relatada a seguir:

“A gente tem uma paciente que ela teve no sistema nervoso central [...] e ela faz muito devagarinho as coisas e a diretora chamou ela de lerd e isso me incomodou demais e incomodou a família. Nós fizemos uma videochamada e eu vi que a diretora queria rodar ela, só que a diretora, rodando ela, ela ama os colegas, tinha toda uma estrutura ali, porque rodar esse paciente que ele vai ser pra sempre uma pessoa que vai ter uma dificuldade de fazer as coisas rápidas, ela teve [um prejuízo] tanto no movimento, quanto no motor, quanto no cognitivo. Ela tem que ser adaptada a esse ambiente escolar. Não é fazer ela repetir 3 vezes o terceiro ano que ela vai ser mais rápida, isso é dela. Então quando explica... e entrou a secretaria da educação junto nessa reunião, porque eles queriam entender o que estava acontecendo. Porque uma coisa a diretora falava, outra coisa a professora falava, outra coisa a família falava, eles disseram bom, vamos ver o que o Instituto pensa sobre isso. E foi maravilhoso, porque a diretora conseguiu depois de muito tempo entender que não era porque ela era preguiçosa como ela dizia e sim porque ela ficou com uma seqüela do tratamento.” - Dorothy

Essas situações são extremamente prejudiciais aos alunos-pacientes, visto que os mesmos são submetidos a situações similares ao *bullying* e não por parte dos colegas, mas sim devido ao desconhecimento da situação de saúde do paciente por parte dos profissionais da escola. Logo é perceptível a importância da interação da equipe diretiva e docente com o serviço de saúde do paciente.

Além do conhecimento relacionado à situação de saúde do aluno-paciente, os professores precisam compreender quem ele é, quais são suas dificuldades, quais conceitos não foram aprendidos no decorrer do tratamento e quais foram esquecidos. Ainda, é imprescindível perceber se o tratamento afetou seu desenvolvimento cognitivo, isso porque, segundo Dorothy “a gente percebe muito esse déficit cognitivo que acontece por essa lacuna do tratamento, mexe sim e é algo que desorganiza emocionalmente e fisicamente tanto a



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

família quanto o paciente”. A entrevistada relata que na maioria dos pacientes que passam pelo tratamento de quimioterapia com ciclos completos, submetidos a pelo menos um ano neste tipo de tratamento, é perceptível que o tratamento afeta a atenção e a concentração do aluno, modificando seu desenvolvimento cognitivo.

Como abordam os autores Teixeira et al (2017) e Santos (2020), o professor na classe hospitalar deve dar preferência às atividades lúdicas que despertam o interesse do aluno-paciente. Na sala de aula não deve ser diferente, um aluno que passou determinado tempo afastado da escola, passou pelo tratamento com quimioterapia, por exemplo, e retorna com seu desenvolvimento cognitivo comprometido, não conseguirá compreender conteúdos matemáticos abstratos da mesma forma que os demais colegas de classe. Dessa forma, o olhar do professor para que ocorra uma inclusão efetiva em sala de aula é indispensável, para que o aluno-paciente não se sinta inferior em relação aos conhecimentos escolares.

Da mesma forma, quando o aluno-paciente se encontra em regime de internação hospitalar ou estudos domiciliares, o professor da escola regular precisa produzir material através de um currículo adaptado a esse educando. Dorothy relata uma situação recorrente com os pacientes que estão em tratamento ambulatorial, não estão frequentando a escola e são assistidos pelo ICI:

“A gente queria entender porque ele não tá recebendo esse material, "ah mas a gente mandou", "não tu mandaste 5 folhinhas", 5 folhinhas em um mês? Eu não gostaria que fosse folhinha, eu gostaria que pegassem o caderno, de repente, de algum aluno, tirasse um xerox, mandasse um áudio, um vídeo pra esse paciente. Olha que importante tu mandar um vídeo pra um aluno que está debilitado em um hospital, da professora. É isso que eles não têm, essa sensibilidade. “Ah, mas dá trabalho”, óbvio que dá trabalho, o que eles querem? da matéria pra todo mundo igual, quem aprendeu, aprendeu! Quem não aprendeu... Infelizmente é assim, a gente sabe.” - Dorothy

Além disso, ela relata que entende que os professores possuem muitos alunos e que esse atendimento individualizado é praticamente impossível de ser feito pelo professor titular da turma. Entretanto, é direito do aluno-paciente um atendimento especializado, como afirma o MEC (BRASIL, 2002). Dessa forma, Dorothy traz como reflexão a luta que se tem com os órgãos responsáveis para que esse aluno tenha um acompanhamento especializado. Isso porque o documento do MEC (BRASIL, 2002) garante o direito desse educando de ter o atendimento pedagógico domiciliar ou hospitalar, entretanto, na prática, o órgão responsável nem sempre disponibiliza um profissional para esse acompanhamento.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Ao questionar, a professora entrevistada, sobre sua percepção em relação a aprendizagem de matemática dos alunos-pacientes, ela diz que a matemática, em aproximadamente 90% dos pacientes atendidos por ela, é o maior problema ao tratar das aprendizagens escolares e comenta que “é um buraco que vem da rede e não digo só pública né, a particular às vezes também tem e depende do professor muito, que chega pra gente juntamente com o tratamento”, ou seja, o ensino de matemática é comprometido, na maioria das vezes, pela didática do professor e, no momento em que o aluno-paciente é submetido ao tratamento de câncer, as lacunas pré-existentes dos conhecimentos matemáticos se agravam à medida que o aluno se distancia da escola regular e se submete a um tratamento que, em muitos casos, afeta o seu desenvolvimento cognitivo.

Considerações Parciais

A análise da entrevista corrobora com as afirmações feitas pelos referenciais utilizados para a construção deste artigo. Podemos observar que as leis garantem o acesso à educação do aluno-paciente, entretanto, é necessário que os profissionais da equipe de saúde auxiliem a família na busca pelos seus direitos, já que é um momento de fragilidade para o jovem e sua família. Ainda, é necessário um olhar afetivo dos professores e equipe diretiva das escolas, para que consigam compreender a situação de saúde do seu aluno e colaborar para o seu desenvolvimento integral. Além disso, devemos continuar lutando para que o poder público disponibilize profissionais especializados aos hospitais e às escolas, para que esse trabalho possa ser feito com êxito e os nossos alunos-pacientes continuem desfrutando da educação, que é sua por direito, em equidade de condições.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Resolução CONANDA nº 41**, de 13 de outubro de 1995. Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF, 2002.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 10.502**, de 30 de setembro de 2020. Política Nacional de Educação Especial. Diário Oficial da União, DF, 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil. Instituto Nacional de Câncer, Rio de Janeiro, RJ, 2022.

BRITO, M. M. **Pedagogia Hospitalar: revisão integrativa de pesquisas qualitativas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 181. 2020.

CAJANGO, E.; SALES, E. Solving Problems of Counting Through Dialogical Mediation in a Hospital Classroom: Mathematics Education in the Hospital Environment. In: KOLLOSCH, D. et al. **Inclusive Mathematics Education: state-of-the-art research from Brazil and Germany**. Local: Springer, 2019. p.489-498.

MALLMANN, M. L. et al. A Psicopedagogia na (re)inserção escolar de crianças e adolescentes com leucemia. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v.38, n.115, p.65-78, 2021.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Revista Ciência e Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Revista Ciência e Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

TEIXEIRA, R. A.G. et al. Classe Hospitalar: percepções sobre o ensino de matemática no contexto hospitalar. **Revista Signos**, Lajeado, v.38, n.2, p.111-130, 2017.

TEIXEIRA, S. T. **Inclusão da criança com doença oncológica: percepção de pais e professores**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Educação Especial, Universidade Fernando Pessoa. Porto, p.138. 2019.